

AS ESTRATÉGIAS NA EVOCAÇÃO DA VOZ ALHEIA E A SUBJETIVIDADE NESTA INCORPORAÇÃO

Luana Santos Lemos *

Resumo

A presente pesquisa, retomando a questão do sujeito heterogêneo, tem por objetivo principal discutir a subjetividade do locutor na incorporação do discurso alheio. Fundamentaremos nosso trabalho nos princípios dialógicos da linguagem de Bakhtin (1929, 1970 e 1979) e teremos como principal embasamento teórico-metodológico a Teoria Semi linguística, desenvolvida por Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006a, 2006b e 2008), auxiliada por conceitos teóricos propostos por Maingueneau (1997[1987], 2004, 2008a[1995], 2008b). O corpus será composto de uma reportagem da revista VEJA, publicada em 24 de junho de 2009 e centrada na discussão da Crise instaurada no Senado brasileiro em 2009. Aliando teoria e prática, buscaremos compreender como as estratégias no uso do discurso alheio se apresentam no gênero reportagem, descrevendo as diferentes formas como a voz do outro é incorporada à do jornalista para construir um ato de comunicação, a partir de estratégias de seleção, identificação e manipulação desse discurso outro. Nesse percurso investigativo, assumimos que o eu circunscreve a voz do outro, imprimindo-lhe um tom próprio, um sentido, por vezes, distante do discurso incorporado.

* UFES

Palavras-chave: Subjetividade. Heterogeneidade. Discurso relatado. Semi linguística.

Introdução

A inevitável presença da voz do *outro* em nossa prática de linguagem é uma questão tratada como consenso, nas últimas décadas, por várias correntes linguísticas que trabalham com texto e com discurso. Para essas correntes, a palavra *alheia* é um componente obrigatório da dimensão social da linguagem humana, componente que se torna visível nas diferentes formas de comunicação. Seja retomando, repetindo ou imitando o que os outros disseram; reconstruindo, modificando, ou mesmo inovando o dito por meio de um novo ato de enunciação, sempre que falamos em nossas palavras habitam outras vozes que não a nossa.

Desse modo, a palavra do *outro* entra na constituição de todo ato de enunciação produzido por um sujeito, instituindo um dialogismo permanente entre o *outro* e o sujeito que enuncia, fazendo de todo discurso um discurso heterogêneo por definição.

De fato, a presença do *outro* no discurso do *eu* é uma tese largamente aceita nos estudos linguísticos contemporâneos, os quais procuram compreender o funcionamento discursivo/enunciativo da linguagem. No entanto, vale lembrar que, a partir do momento em que a Linguística da Enunciação começou a discutir a concepção de sujeito *uno* e a investigar a presença do *outro* na constituição dos discursos, a subjetividade, a presença do *eu* começou a perder terreno nos estudos da



linguagem. Ora, reconhecer a presença do *outro* não significa anular a presença do *eu*, concebê-lo como um simples repositório de palavras alheias (POSSENTI, 1995). Por isso, torna-se relevante investigar esse sujeito que busca o *outro* para constituir-se como tal.

Diante desse quadro, queremos chamar a atenção para o fato de que, nos estudos linguísticos atuais, muitas são as pesquisas que se preocupam com o *outro* no discurso do *eu*, porém poucas se voltam para a pesquisa do *eu* quando este toma o discurso do *outro*. Indo nessa direção, nossa preocupação centra-se mais na exploração dos sentidos produzidos pelo sujeito enunciativo e na identificação das suas marcas de subjetividade ao efetuar escolhas e avaliações na interpretação do discurso do *outro*; e menos na identificação das formas como o discurso *alheio* se apresenta no discurso do *eu*. Nesse sentido, o objetivo principal do nosso trabalho consiste em investigar a subjetividade na incorporação do discurso alheio, ou seja, o *eu* no discurso do *outro*.

É importante enfatizar que teremos o compromisso de não nos restringir às marcas formais, à questão da transmissão/recepção do discurso alheio, não reduzindo esse discurso apenas às três formas padronizadas de ensino (discurso direto, indireto e discurso indireto livre). A palavra do *outro* aparece, sob diferentes formas, de maneira mais ou menos explícita, com significações diversas, daí ser necessário distinguir diferentes tipos de heterogeneidade, e observar como essa heterogeneidade se apresenta na linguagem.

Em função de nossa proposta, fundamentaremos esta pesquisa nos princípios *dialógicos da linguagem* de Bakhtin (1995 [1929], 2002 [1970] e 2003 [1979]) e teremos como principal embasamento teórico-metodológico a Teoria Semiolinguística desenvolvida por Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006a, 2006b e 2008). O autor analisa os discursos no campo da comunicação, o que significa interpretar vestígios que permitam identificar as marcas deixadas pelos participantes do processo comunicacional da linguagem. Logo, para o teórico, todo ato social é considerado um ato de interação. Essa teoria possibilita analisar, como funcionam, nos atos de linguagem, as estratégias e efeitos do discurso do *outro* no *um* e a intencionalidade do sujeito comunicante ao usar o discurso do *outro*. Para

Charaudeau (1996, p.34), um ato de linguagem carrega em si uma *intencionalidade* (a dos parceiros da troca comunicativa). Inserido em determinada *situação*, portador de um propósito sobre o mundo, o ato de linguagem está na dependência da *identidade* desses parceiros, resultando de um *desejo de influência* por parte do sujeito comunicante. Enquanto Bakhtin discute amplamente a concepção desse sujeito dialógico, entendemos que Charaudeau vai operacionalizar esses conceitos, tomando como ferramentas de análise as mais diversas materialidades discursivas.

Tendo em vista a finalidade deste estudo, tomamos como *corpus* uma reportagem da revista VEJA, publicada em 24 de junho de 2009 e centrada na discussão da *Crise instaurada no Senado brasileiro em 2009*. “*À sombra da constituição*” é o título da reportagem da VEJA, assinada por Otávio Cabral e Diego Escosteguy.

A preferência pelo gênero REPORTAGEM justifica-se pelo fato de que o discurso informativo vê-se construído a partir de estratégias polifônicas de evocação de *vozes alheias*, pois boa parte do material de que se nutre a informação vem de outros discursos. Os jornalistas, não só relatam fatos, mas também enunciações. Essa presença constante do ‘*discurso do outro*’ ou de ‘*outros discursos*’ nos textos jornalísticos nos chamou a atenção e serviu como ponto de partida para a presente pesquisa. Entretanto, o foco da nossa pesquisa é o “*trabalho do eu*” no tratamento do discurso do *outro*, que, retomado, transformado, silenciado, sempre estará a serviço desse discurso novo, proposto pelo jornalista/ pela revista.

Ora, se vamos nos dedicar à questão da subjetividade na incorporação de discurso alheio no gênero reportagem, buscaremos, com a presente pesquisa, responder a alguns questionamentos:

- Quais são os indícios do ponto de vista do locutor/jornalista na apropriação da voz alheia?
- Quais as estratégias utilizadas para alcançar determinados sentidos a partir desse discurso?
- É possível estabelecer as fronteiras entre o discurso do *um* e o discurso do *outro*?

A partir dessas questões é que nortearmos o nosso estudo a fim de compreender as estratégias de uso do





discurso *alheio* no gênero reportagem, apontando a forma como a voz do *outro* é usada pelo jornalista para construir um ato de comunicação próprio, em que o discurso citado é avaliado, recontextualizado, redirecionado, subordinado a um posicionamento ideológico que *pode/ou não* coincidir com a posição do discurso incorporado. Em qualquer caso, essa incorporação não deve ser vista como uma simples reprodução.

VEJA: “À sombra da constituição”

A revista VEJA é uma revista semanal brasileira, publicada pela Editora Abril. Foi criada em 1968 pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta. Com uma tiragem superior a um milhão de exemplares é a revista de maior circulação no Brasil. Para alcançar o patamar que ocupa no cenário da imprensa brasileira, a revista assumiu o papel de formadora de

opinião, publicando textos que, além de fornecerem informação, são ricos em elementos interpretativos e analíticos¹.

A reportagem “À sombra da constituição”² foi publicada por essa revista no dia 24 de junho de 2009. É uma reportagem de capa e recebe todo o destaque da edição. A capa produz uma grande expectativa no leitor, pelo emprego de algo bem próximo da linguagem publicitária, e dessa forma, utiliza conscientemente palavras e imagens para convencer o leitor. Assim, faz a utilização racional de tais artifícios para chamar a atenção do leitor, despertar seu interesse e induzi-lo a comprá-la. Vejamos:

Na capa temos os seguintes enunciados: “*Basta de impunidade!*” no topo da revista, que ecoa como se fosse um grito do povo; e “*Nós, as pessoas comuns, lembramos aos senhores feudais de Brasília que: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”*”



Capa da revista VEJA, Edição 2118, 24 de junho de 2009.

distinção de qualquer natureza (artigo 5º da constituição)”. Esse *nós*, que inclui as pessoas comuns e a própria revista, é representado pelo texto visual: temos em toda a composição da capa imagens de rostos de pessoas famosas e não famosas, além do *slogan* da

revista, que está inserido em meio a esses rostos, levando-nos a interpretar que a revista também faz parte do grupo das pessoas comuns, oposto aos senhores feudais de Brasília, os “*incomuns*”. A organização enunciativa é toda construída por um

¹ Informações disponíveis em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Veja>

² Texto completo em anexo.



comportamento *elocutivo*, em que o EUe (a revista) que representa esse nós, no caso, a sociedade de forma geral, lembra os políticos (os senhores feudais de Brasília) do princípio de igualdade estabelecido pela Constituição. Essa capa é muito importante para a composição do *projeto de fala* do sujeito enunciador na reportagem analisada.

Voltando nossa atenção para a construção da reportagem “*À sombra da constituição*”, percebemos que os modos de organização discursivos predominantes são o *argumentativo* e o *enunciativo*. Entretanto, as principais estratégias de argumentação são comandadas por uma organização *enunciativa*, visto que o sujeito comunicante (EUc – os jornalistas que representam a Instituição/Empresa – revista VEJA) está empenhado em estabelecer o seu ponto de vista em relação ao dito de um terceiro, a fala do presidente Lula em defesa do presidente do Senado, José Sarney, com a intenção de apresentá-la ao seu interlocutor (TUi – os leitores da revista).

Podemos notar que, nessa organização enunciativa, temos a presença predominante do comportamento *delocutivo*. Acreditamos que é possível associar essa modalidade *delocutiva* aos efeitos de distanciamento construídos ao longo da reportagem, visto que esses efeitos de distanciamento são constituídos de estratégias, estruturadas a partir de vozes de terceiros, que o enunciador pode engendrar para manter sua credibilidade, corroborar seu ponto de vista e refutar o ponto de vista do adversário.

Na observação da organização argumentativa do texto, identificamos que a reportagem se circunscreve na defesa da seguinte tese:

“Ao defender o senador José Sarney de denúncias de irregularidade, o presidente Lula cria no Brasil duas categorias de cidadão: os “comuns”, nós e os “incomuns”, a quem tudo se permite.” (VEJA, 24 de junho de 2009, p.59)

Essa tese é apresentada à parte da reportagem, destacada por letras maiores junto à imagem da Constituição de 1988, às fotos de Renan Calheiros e José Sarney e do presidente Lula. Respalhada na fala do

presidente Lula de que “*Sarney não poderia ser tratado como se fosse uma pessoa comum*”, a revista VEJA conclui que, segundo Lula, existem duas categorias de cidadãos: “os comuns” e “os incomuns”. Por meio de estratégias argumentativas, essa tese será retomada por todo o tecido do texto a partir do uso dos termos “comuns” e “incomuns” sempre evocando esse questionamento ou ironizando essa classificação “*criada*” pelo presidente.

Com a leitura da tese proposta pela revista VEJA junto à leitura do título da reportagem “*À sombra da constituição*”, é possível fazer algumas indagações sobre o *projeto de fala* do EUc. Se um dos direitos fundamentais garantidos pelo artigo 5º da Constituição brasileira consiste em que “*Todos são iguais perante a lei*”, Lula, de acordo com a revista, ao considerar Sarney uma pessoa “*incomum*”, não estaria exercendo o seu papel social perante a população, logo, estaria à sombra da Constituição. Dessa forma, observamos que o diálogo entre a fala do presidente e o que diz a Constituição permeia realmente toda a argumentação da reportagem, como é possível constatar no seguinte fragmento:

“[...] Ao afirmar que Sarney merece um tratamento diferenciado, o presidente atropelou o preceito constitucional expresso no artigo 5º, que estabelece a igualdade de todos perante a lei.” (VEJA, 24 de junho de 2009, p. 60)

Esse trecho é bastante interessante para ilustrar o processo de *interincompreensão* discursiva de que fala Maingueneau (1997 [1987], 2008 [1995]). O discurso em favor da manutenção dos preceitos constitucionais, as leis fundamentais do país, introduz o discurso do presidente em seu fechamento, traduzindo-o na forma de simulacro que dele constrói. Nesse sentido, entendemos que a polêmica em torno da noção da igualdade social é representativa no embate entre essas duas posições.

Temos, então, materializadas nessa *polêmica*, duas posições antagônicas a respeito da noção de igualdade social. Na Constituição, as pessoas devem ser tratadas de forma igual; em contraponto, na





interpretação da fala de Lula, existem pessoas (como Sarney) que devem ser tratadas de forma diferenciada. Assim sendo, podemos entender a proposta de Maingueneau (1997 [1987], 2008 [1995]) da “*primazia do interdiscurso*”, quando observamos que, para a construção de um novo discurso (a reportagem da revista VEJA), o EUC articula discursos (vozes) diferentes. Ou seja, na abordagem dessa *polêmica*, nos termos do autor, diríamos que relação a *polêmica* é apenas um aspecto do funcionamento discursivo, na medida em que, para que um discurso se constitua enquanto tal no campo discursivo em que está inserido, é preciso relegar ao interdito os outros discursos com os quais ele interage no interior deste campo. Nesse sentido, a relação *polêmica* que se dá entre o discurso da Constituição e o discurso de Lula nada mais é que a manifestação de uma incompatibilidade entre tais discursos. A interação entre estes dois discursos ocorre, portanto, por meio de um processo de *interincompreensão*, como bem postulou Maingueneau (1997 [1987], 2008 [1995]) a respeito de qualquer processo de interação discursiva.

Voltando, então, nossa atenção para o texto, observamos que, no primeiro parágrafo, foi feito o uso de uma forma de relatar narrativizada, provocando um clima de dramatização do discurso relatado.

“Há meio século, quando o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira inaugurou Brasília, um coro de descontentes fez-se ouvir. Nada contra a arquitetura de gosto duvidoso da nova capital federal. O que se temia era a possibilidade de que, uma vez isolados no interior do país, longe da vigilância próxima e permanente dos cidadãos de uma metrópole como o Rio de Janeiro, antiga sede do governo, os políticos perdessem de uma vez a compostura e passassem a comportar-se como senhores feudais, acima das leis. Infelizmente, os descontentes revelaram-se proféticos”. (VEJA, 2009, p. 59)

Nesse modo de citação, o dito relatado se integra totalmente no dizer do locutor-

relator, que serve, nesse momento, para trazer ao texto a questão da desconfiança em relação aos políticos deste país. Mais uma vez, percebemos a presença marcante da polifonia, pois outras vozes são identificadas no texto, como por exemplo, “*o coro de descontentes*”. No entanto, essas vozes aparecem diluídas no texto. Isso acontece devido ao fato de não existir uma preocupação com a autoria do dito relatado, pois a intenção do enunciador está em trazer para a construção argumentativa uma desconfiança já recorrente entre os cidadãos brasileiros, desde a fundação de Brasília: desconfiança em relação aos comportamentos duvidosos dos políticos no país.

Lembramos que, numa perspectiva bakhtiniana de dialogismo, todo enunciado é uma resposta a um *já-dito*, com o qual entra em relação na cadeia infinita dos discursos. Nossa atenção, então, se volta para observar a seguinte construção:

“A rendição do presidente se deu naquela célebre entrevista concedida em Paris, em 2005, nos tempos em que a corrupção causava ainda algum constrangimento”. (VEJA, 24 de junho de 2009, p.59)

Nesse momento do texto, um acontecimento marcante é retomado – a fala de Lula, em Paris, no dia 14/07/2005, “*o Brasil não merece o que está acontecendo. Merece coisa muito melhor*”³. O locutor da reportagem analisada retoma esse fato utilizando-se do recurso de uma construção nominal definida - *a rendição do presidente* - entendida por muitos autores como tendo uma função anafórica no encadeamento discursivo do texto (KOCH e MARCUSCHI, 1998). No entanto, observamos que ao empregar o artigo definido antes do núcleo nominal, o locutor apresenta “*a rendição do presidente*” como um evento já do conhecimento de seu interlocutor, mas não explicitado anteriormente no texto (ou seja, é como se, nesse recurso argumentativo, o locutor apenas lembrasse o dado evento que está fora do texto, mas na memória discursiva dos leitores). Nessa perspectiva, é possível

³ Segundo o site UOL Últimas Notícias, essa fala foi proferida pelo presidente Lula mediante um clima de turbulência política no Brasil. Site acessado em: 19 de agosto de 2009, <http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/07/14/ult27u50044.jhtm>.



afirmar, assim como Olímpio (2006, p.128), que, “do ponto de vista semântico, a nominalização veicula um conteúdo pressuposto, subjacente (e “exterior”) ao que é dito no evento enunciativo”. Nessa linha, revelam-se bastante pertinentes as colocações da autora, quando defende que

“[...] a nominalização é uma estratégia de referenciação e de textualização ancorada na memória discursiva, esta pressupostamente partilhada pelos interlocutores. Como estratégia de textualização, retoma e trabalha outros discursos, criando, com isso, a imagem de um *continuum* discursivo.” (OLÍMPIO, 2006, p. 127)

O discurso relatado surge, então, como a reconstrução na retomada de um *já-dito* e na desconstrução proveniente da troca de enunciação desse *já-dito*: “o discurso relatado funciona estrategicamente como um discurso de prova, tanto em relação ao *outro* quanto a si mesmo” (CHARAUDEAU, 2006, p. 163). Para o autor, no que se refere à função que exerce em relação ao *outro*, um discurso relatado pode tentar produzir diferentes tipos de *prova* para o enunciado, em que aparece sempre a serviço da informação: de autenticidade do dito de origem, de responsabilidade ou de verdade.

Ao observar o trecho abaixo, por exemplo,

“[...] Do Cazaquistão, onde se encontrava em visita oficial, Lula atirou-lhe a boia. O senador tem história no Brasil suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum”, disse o presidente. E continuou: “Não sei a quem interessa enfraquecer o Poder Legislativo no Brasil. Quando o Congresso foi desmoralizado e fechado, foi muito pior para a democracia”. Não satisfeito, acrescentou: “Eu sempre fico preocupado quando começa no Brasil esse processo de denúncias, porque ele não tem fim e depois não acontece nada”. (VEJA, 2009, p. 59)

percebemos que o discurso de origem é *citado*. Na apresentação do discurso de

origem (a fala do presidente Lula) o EUC situa a fala do outro, relatando a situação em que foi produzido (Do Cazaquistão, onde se encontrava em visita oficial, Lula atirou-lhe a boia) com a finalidade de criar o efeito de autenticidade, ou seja, o discurso relatado funciona como autêntico decorrendo da necessidade de *provar*, naquele contexto informativo, que aquelas declarações realmente aconteceram e que foram proferidas pelo presidente Lula.

Avançando nessa direção, é inevitável, na análise da *subjetividade na incorporação da voz alheia*, relacionar a retomada do dito do *outro* com a questão da *interpretação* do locutor. O que nos levou a convocar a reflexão de Marcuschi (1991, p.78) a respeito da *interpretação*, propondo a seguinte classificação:

- (a) *interpretação explícita*, em que há um comentário feito pelo redator da notícia;
- (b) *interpretação implícita*, que é feita pela seleção dos verbos que introduzem as opiniões ou por expressões equivalentes, sem um comentário adicional;
- (c) *interpretação pela seleção* do que é informado. O fato de se prestar uma e não outra parte das opiniões de alguém já é uma forma de interpretar o discurso através da omissão. A simples seleção é, pois, um tipo especial de interpretação pelo interesse.

Nesse trecho, em que a revista apresenta a questionada fala do presidente, observamos que a simples seleção é um tipo especial de interpretação com a intenção do EUC em denunciar a postura do presidente da república, não condizente com a ética política esperada. Desse modo, verificamos a acentuada subjetividade por parte do produtor do texto em relação à fala do presidente.

Charaudeau (2006a, p.169) ressalta que a escolha do discurso relatado (e, conseqüentemente, do locutor de origem) também pode ser fruto da necessidade de ocasionar certo efeito valorativo ao conteúdo noticioso: um “efeito de decisão” (valor performativo), um “efeito de saber” (advém de uma autoridade do saber), um “efeito de opinião” (quando o locutor de origem expressa uma apreciação sobre um fato considerado importante pela mídia) e um “efeito de





testemunho” (o locutor de origem relata o que viu, ouviu, vivenciou).

Na apresentação do dito relatado, quando o EUC diz que “Lula atirou-lhe a boia”, essa expressão metafórica evidencia a interpretação do EUC em relação ao dito de Lula, no sentido de resumir o que significou esse enunciado naquele contexto situacional: a defesa do presidente surgia, naquele momento, como uma boia salva-vidas para Sarney, que estava em extremo desconforto na presidência do Senado.

Neste contexto, quando a revista fragmenta o dito do presidente, inserindo verbos e comentários no entremeio de sua fala, existe a intencionalidade de acentuar trechos do dito de Lula que são valiosos à construção argumentativa da reportagem, trechos que talvez passassem despercebidos se a fala do presidente fosse reportada no seu todo, sem cortes.

Quanto aos verbos *dicendi*, presentes nesse trecho: temos o verbo *dizer*, que funciona para destacar o fragmento de maior impacto; e os verbos *continuou* e *acrescentou* que situam o discurso relatado na cronologia discursiva. Esses verbos produzem no contexto discurso um efeito de imparcialidade, provocando um distanciamento do locutor e destacam a autoria e a responsabilidade da fala ao presidente.

Além desses verbos, temos a presença da expressão - “*Não satisfeito*” - que coloca em evidência a interpretação do locutor em relação ao dito relatado, ou seja, existe uma avaliação negativa por parte do EUC a respeito do que foi enunciado pelo presidente. Com isso, concordamos com a fala de Marcuschi (1991), quando diz que se torna praticamente impossível informar neutramente. “*Assim, o termo ‘informação’, no caso da opinião informada, é sempre a apresentação do discurso interpretado*” (MARCUSCHI, 1991, p.78). Para o autor, a manipulação torna-se menos grave quando se tem acesso ao original integralmente. O mais grave acontece quando a opinião é abreviada num contexto de oposições, momento em que os verbos introdutórios de opinião têm especial relevância. Por isso, ao informar a opinião de alguém, corremos o risco de dizer algo que não foi dito.

Destacaremos também nesta análise a importância dos *tempos verbais* para a

construção argumentativa. Segundo Benites (2002, p. 123) “*o tempo verbal pode ser indicador da opinião do locutor citante sobre o discurso que relata, sobre o autor ou sobre ambos.*” Vejamos um exemplo na reportagem:

“Pode ser do PMDB, do PP ou do PTB. Pode até ser, vá lá, um “grande ladrão”, adjetivo com o qual Lula *descrevia* o senador José Sarney quando este era presidente da República.” (VEJA, 24 de junho de 2009, p.59)

No verbo em destaque, o emprego do tempo verbal no *pretérito imperfeito* (*descrevia*) se apresenta como um indicador de opinião do EUC sobre o discurso que relata, pois, ao usar o *pretérito imperfeito*, o EUC revela que Lula descreveu, em algum momento, o Senador José Sarney como “*grande ladrão*” mas não o descreve mais, colocando em cheque a credibilidade da opinião de Lula. Evidencia, desse modo, o sentido polifônico que o emprego do verbo *descrevia* adquire no texto.

Voltaremos nossa atenção para o efeito de distanciamento que permeia toda a reportagem “*À sombra da constituição*”. Esse efeito é constituído também no discurso direto pelo aspeamento que, além de demarcar as fronteiras entre o discurso de quem cita (a VEJA) e o discurso citado (a fala do *outro*), também produz a falsa sensação de que, nesse tipo de discurso, a fala do *outro* é reproduzida fiel e integralmente, já que, conforme Benites (2002, p. 61), “*o aspeamento é um recurso utilizado para designar a linha demarcatória que uma formação discursiva estabelece entre ela e seu exterior.*”

Um exemplo dessa demarcação pode ser observado no trecho acima. A expressão nominal “*grande ladrão*”, com que Lula já se referiu à Sarney, é bem marcada pelo uso das aspas e expressa um posicionamento irônico do locutor em relação ao dito de origem. Dessa forma, podemos concordar com Benites (2002, p.61) para quem o aspeamento imprime uma manifestação altamente subjetiva, ou seja,

[...] o aspeamento nunca é neutro, mas implica uma tomada estratégica de posição face ao discurso relatado, resultante na aprovação do dito, na sua



ridicularização, ou sua negação; revela intenções variadas do locutor que cita, quer no sentido de resguardar-se de polêmicas porque “foi o outro quem disse”, quer no sentido inverso de expor-se a elas, pelo enquadramento do pronunciado alheio em uma sequência textual-argumentativa que lhe é sutil ou declaradamente divergente ou convergente.”

Seguindo essa linha, tendo em vista imprimir maior credibilidade a seu argumento (de que o presidente Lula está ferindo a Constituição), o locutor ancora-se na respeitabilidade e na autoridade de um especialista.

“Lula foi absolutamente infeliz. Reforçou a ideia de que um é melhor do que o outro. Restabeleceu a lógica do ‘você sabe com quem está falando?’. Bateu de frente na Constituição e no princípio basilar da democracia”, resume o historiador Marco Antonio Villa. (VEJA, 24 de junho de 2009, p.60)

Mais uma vez percebemos o efeito de distanciamento pelo uso das aspas e a construção da *prova*, já que a revista atribui veracidade a sua afirmação, mediante a fala do locutor citado, cujo conhecimento é “*inquestionável*”. Ao ser responsabilizado pela afirmação, o locutor citado dá legitimidade ao argumento defendido pela revista VEJA. Com essa citação no corpo do texto, é como se a revista quisesse dizer ao leitor: *a prova do que eu quero dizer está nas palavras de Marco Antonio Villa, que é uma autoridade no assunto e possui conhecimento histórico para afirmar isso.*

Problematizando a fala do presidente Lula em defesa de José Sarney, o EUC, por meio de uma visão panorâmica, tenta elucidar os fatos, apresentando argumentos que provam não ser nova essa postura do presidente em defender políticos envolvidos em corrupção. Vejamos:

“Há uma mensagem perturbadora na recorrente retórica presidencial em defesa dos aliados envolvidos em escândalos: a minimização da corrupção, o estímulo à transgressão das regras e o aval à impunidade. A lista dos

socorridos por Lula saiu direto dos escaninhos da polícia. Há nela gente como o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, acusado pela PF de faturar propina. Ele recebeu uns belos cafunés de Lula, em agosto de 2008, num discurso a sindicalistas: “O que aconteceu com Paulinho já aconteceu com outros. Nessas horas, é momento de andar de cabeça erguida”. *A defesa do presidente deve ter tocado o coração dos deputados do Conselho de Ética da Câmara. Logo depois, eles inocentaram Paulinho. Outro notável da política brasileira que mereceu um paparico de Lula foi Renan Calheiros, do PMDB, quando vieram a público os rolos do senador alagoano com amantes, bois, lobistas e malas cheias de dinheiro – essas coisas de Brasília. No ápice do escândalo, há dois anos, o presidente entrou em cena para confundir a plateia: “Isso é um assunto que o Senado poderia ter resolvido em uma semana. Não sei por que não resolveram. É o típico caso de gente que acha que quanto pior, melhor. Estou vendo pela imprensa que o Renan apresenta documentos em sua defesa e não aceitam”. Acabaram aceitando. Meses depois, os senadores inocentaram Renan.*” (VEJA, 2009, p.63)

Observamos que, nesse parágrafo, mais uma vez, a polifonia é a base estratégica da argumentação. O locutor, no sentido de elucidar a problemática evocada na reportagem, busca um procedimento de reconstituição de uma sequência de falas do presidente, fazendo relações de causa e consequência entre elas, ou seja, uma ligação direta da defesa do presidente Lula e a absolvição de um político corrupto – a chamada “*pizza*”. O raciocínio é por analogia, isto é, ele explicita (ou denuncia) o fato, relacionando-o com outros similares que se produziram em outras ocasiões.

No entanto, no parágrafo seguinte, percebemos que há uma preocupação com a credibilidade da revista, quando o locutor, a partir de um efeito de distanciamento, tenta, dessa relação de causa e consequência, isentar-se da responsabilidade da interpretação. De forma dialógica, a revista





adverte o leitor de que pode não estabelecer essa relação de causa e consequência; no entanto, reafirma essa relação com o uso do operador argumentativo “mas”, mostrando que seria ingenuidade do leitor não fazer essa analogia.

“É necessário cautela ao estabelecer uma relação automática de causa e efeito entre as declarações conciliadoras de Lula e a posterior pizza servida aos encalacrados. Seria um disparate afirmar que Renan foi absolvido diretamente em razão do que disse o presidente. Mas é ingenuidade acreditar que um fato esteja completamente dissociado do outro. Resta incontornável a percepção de que, todas as vezes em que o presidente se pronuncia a favor de um político enrolado (o que é frequente demais), o político enrolado safa-se (o que é tão frequente quanto)”. (VEJA, 24 de junho de 2009, p.63, grifo nosso.)

O uso do tempo verbal no *futuro do pretérito (seria)*, destacado neste trecho, imprime ao discurso um valor expressivo de precaução que, imprimindo ao discurso um tom de descomprometimento por parte do autor em relação ao dito, limitando a veracidade da afirmação, ou seja, a afirmação em que ocorre essa *metáfora temporal*⁴, embora não chegue ao extremo de ser invalidada, fica com sua validade muito limitada, uma vez que o jornalista não se responsabiliza pela sua exatidão. O uso do *futuro do pretérito* com essa característica é muito comum na linguagem da imprensa.

Retomando a classificação das maneiras de relatar de Charaudeau (2008), no trecho a seguir, temos, predominantemente, a forma de relato integrado.

“Na véspera da declaração de apoio de Lula, o senador “incomum” subiu à tribuna. Em um discurso de pouco mais de meia hora, disse que a crise não é dele, mas de todo o Senado, e que não

aceita ser julgado por questões menores, o que é uma falta de respeito para quem tem mais de cinquenta anos de vida pública.” (VEJA, 2009, p. 64)

Mais uma vez o uso da aspas em “*incomum*” remete de forma dialógica ao discurso do presidente Lula. Essa enunciação irônica apresenta a particularidade de desqualificar o enquadramento de José Sarney como um cidadão “*incomum*”. Nesse trecho, percebemos, ainda, que o relato não é totalmente integrado ao discurso do locutor: demarcado por aspas, temos uma citação direta, que destaca o principal argumento de Lula em defesa do presidente do Senado e que de forma polifônica nos remete à fala de Lula em defesa do Senador (“*O Senador tem história no Brasil suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum*”).

No sentido de concluir a reportagem, no último parágrafo, a revista convoca a opinião das pessoas “*comuns*”. No desejo de que sua opinião assuma uma dimensão de caráter mais geral, o locutor traz para o texto o descontentamento dessa voz geral, que é a opinião pública. Essa também é uma estratégia de manutenção da credibilidade da revista VEJA, pois é considerado positivo um veículo de informação acionar as opiniões das pessoas “*comuns*”. Examinemos o seguinte parágrafo:

“VEJA ouviu uma centena de pessoas ‘comuns’ em várias partes do país, para saber como receberam a defesa do tratamento diferenciado aos políticos proposto pelo presidente. As opiniões estão reproduzidas ao longo das páginas desta reportagem. Em 1890, Benjamin Constant, ardoroso republicano brasileiro, saiu de uma audiência com o marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil, indignado com o tratamento que lhe fora dispensado. “Não era esta a República com que eu sonhava”, disse Constant. Mais de um século depois, é como se sua frase continuasse a ressoar entre os milhões de cidadãos que vivem sob o império da lei, sem

⁴ Segundo Weinrich (apud Benites, 2002, p. 124), uma *metáfora temporal* se constitui pela presença imprevista de um tempo estranho em um determinado grupo de tempos que confere ao texto um matiz expressivo diferenciado. Assim, muitas vezes, num texto jornalístico nitidamente comentador, construído à base do presente e do futuro do presente, intercala-se um futuro do pretérito, tempo do mundo narrado que rompe com o padrão dos tempos instaurados no texto.



privilégios e pagando a conta dos 'incomuns' de Brasília." (VEJA, 2009, p.65)

Ainda neste parágrafo, o locutor narra a indignação de Benjamin Constant em 1890, quando diz que "Não era esta a República com que eu sonhava" em uma audiência com o marechal Deodoro da Fonseca. Esse relato serve para aproximar o descontentamento do republicano com a indignação que grande parte da população brasileira mantém em relação à política de corrupção que presenciamos no Brasil. Evidentemente, a República de hoje não é a República com que sonhava Benjamin Constant e nem a República com que sonham os brasileiros da atualidade.

Concluindo a análise empreendida neste artigo, utilizamos o *corpus* para demonstrar como, a partir de diferentes estratégias, o locutor incorpora a voz alheia para acentuar

sua própria voz. Procuramos demonstrar os diversos recursos utilizados pelo locutor para efetuar a articulação da fala do *outro* em sua própria fala, tirando partido dessa alternância de vozes. Nosso esforço foi no sentido de retratar a intenção do locutor em marcar ou mascarar sua posição, de forma que nem sempre o leitor seja capaz de identificá-la. Concluímos, assim, que as diferentes formas de incorporação da palavra do *outro* não possuem um caráter de gratuidade, mas, pelo contrário, são utilizadas para sustentar a linha argumentativa do locutor e exercem diferentes funções no texto. Percebemos, com a análise dessa reportagem, que o locutor está inteiramente presente no discurso que cita e muitas vezes é impossível estabelecer as fronteiras entre o discurso do *um* e o discurso do *outro*, mesmo ao incorporar a voz alheia, o sujeito mostra a sua subjetividade, posicionando-se em relação a voz alheia.

STRATEGIES AND SUBJECTIVITY IN EVOCATION OF OTHER VOICES

ABSTRACT

This research takes up the issue of the heterogeneous subject and its main purpose is to discuss the subjectivity of the speaker in the incorporation of a third person. We base our work on Bakhtin's principles of the dialogic language (1929, 1970 and 1979) and we have our theoretical and methodological semiolinguistic theory, developed by Patrick Charaudeau (1995, 1996, 1999, 2001, 2006a, 2006b and 2008), supported by theoretical concepts proposed by Maingueneau (1997[1987], 2004, 2008a [1995] and 2008b). The corpus will consist of one of the reports in VEJA magazine, published on June 24, 2009 and focused on discussing the Crisis brought to the Brazilian Senate in 2009. Combining theory and practice, we try to understand how the strategies in the use of a third person occur voice in the gender report, describing the different ways, the voice of others is embodied in the journalist to build an act of communication from the selection of strategies, to identification and to manipulation of another speech. In this investigative work, we assume that one limited the voice of the others, giving it their own tone, a sense, sometimes different from the embedded speech.

Keywords: Subjectivity. Heterogeneity. Reported speech. Semiolinguistics.

Artigo submetido para publicação em: 31/05/2010

Aceito em: 02/08/2010

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Hucitec, 1995/ [1929].
- _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 2003/ [1979].
- _____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. 3. ed. Traduzido por Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002/ [1970].





- BENITES, Sonia Aparecida Lopes. **Contando e fazendo a história: a citação no discurso jornalístico**. São Paulo: Arte e Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.
- CHARAUDEAU, Patrick. Para uma nova análise do discurso. In: CARNEIRO, Agostinho Dias (Org.). **O discurso da mídia**. Rio de Janeiro: Oficina do autor, 1996, p. 5-43.
- _____. Análise do discurso: controvérsias e perspectivas. In: MARI, Hugo (Org.). **Fundamentos e Dimensões de Análise do Discurso**. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso. Fale-UFMG. 1999, p. 27-43.
- _____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: MARI, Hugo (Org.). **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do discurso – FALE/ UFMG. 2001. p. 23-37.
- _____. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; & MELLO, R. (Orgs.). **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/ FALE/UFMG, 2004, p.13-74.
- _____. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso. In: PAULIUKONIS, M. A. L. & GAVAZZI, S. (Orgs.). **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.11-29.
- _____. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2006a.
- _____. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006b.
- _____. **Linguagem e discurso: Modos de organização**. [PAULIUKONIS, A. L. & MACHADO, I. L.] São Paulo: Contexto, 2008.
- CHARAUDEAU, Patrick & MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2006.

LE MOS, Luana Santos. **A subjetividade na incorporação da voz alheia : a presença do eu no discurso do outro**. Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais. Espírito Santo: Dissertação (mestrado), 2010.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes, 1997/[1987].

_____. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008a/[1995].

MARCUSCHI, Luiz Antônio. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: **INTERCOM – revista brasileira de comunicação - 64**. São Paulo, 1991, p. 74-92.

_____. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Â; MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p.19-36.

OLÍMPIO, Hilda de Oliveira. Nominalização, memória discursiva e argumentação. In: **ANÁLISE DO DISCURSO: cadernos do CNLF**, vol. X, n. 10, Rio de Janeiro: CIFE FIL, 2006, p.124-136.

POSSENTI, Sírio. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada. In: **Revista de Linguística ALFA – A análise do discurso**. São Paulo: Editora UNESP/ Universidade Estadual Paulista, 1995, p.45-55.

ANEXO

REVISTA VEJA. Editora Abril. Edição 2118. 24 de junho de 2009.

À SOMBRA DA CONSTITUIÇÃO

Ao defender o senador José Sarney de denúncias de irregularidade, o presidente Lula cria no Brasil duas categorias de cidadão: os “comuns”, nós, e os “incomuns”, a quem tudo se permite

(Otávio Cabral e Diego Escosteguy)

A VERDADE LIBERTA E FORTALECE

O presidente Lula sempre encontra argumentos para defender aliados envolvidos em escândalos, como Sarney e Renan Calheiros (foto ao centro). “Não sei a quem interessa enfraquecer o Poder Legislativo”





Há meio século, quando o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira inaugurou Brasília, um coro de descontentes fez-se ouvir. Nada contra a arquitetura de gosto duvidoso da nova capital federal. O que se temia era a possibilidade de que, uma vez isolados no interior do país, longe da vigilância próxima e permanente dos cidadãos de uma metrópole como o Rio de Janeiro, antiga sede do governo, os políticos perdessem de uma vez a compostura e passassem a comportar-se como senhores feudais, acima das leis. Infelizmente, os descontentes revelaram-se proféticos. Brasília tornou-se uma ilha da fantasia para deputados e senadores, que usam seus cargos de representantes do povo para locupletar-se e obter vantagens para seus apaziguados. O corolário evidente é que a capital se transformou numa imagem de pesadelo para os que pagam a conta: nós, os milhões de contribuintes; nós, as dezenas de milhões de pessoas comuns. É tal o resumo da ópera brasiliense – eles, os poderosos, os “incomuns”, se lixam cada vez mais para a opinião pública, para os bons modos, para a Constituição. Minam, assim, a crença na democracia e os alicerces de uma nação que almeja a civilização.

Esse espetáculo deprimente teve outra cena triste na semana passada. Seu protagonista: o presidente Lula. Desde que se viu na contingência política de ter de defender os crimes dos seus partidários envolvidos no mensalão, Lula teve de entregar a bandeira da ética – que ele empunhou com desenvoltura antes de chegar ao Palácio do Planalto. A rendição do presidente se deu naquela célebre entrevista concedida em Paris, em 2005, nos tempos em que a corrupção causava ainda algum constrangimento. Sem os corretivos vindos de cima, a turma do baixo, do médio e do alto clero da base aliada sentiu-se mais livre do que nunca. Sempre que um de seus integrantes está prestes a se afogar, eis que surge o presidente, solidário, oferecendo o conforto de suas palavras amigas. Nem precisa ser compadre de pitar cigarrilha, como o leal companheiro Delúbio Soares, estrela do mensalão. Pode ser do PMDB, do PP ou do PTB. Pode até ser, vá lá, um “grande ladrão”, adjetivo com o qual Lula descrevia o senador José Sarney quando este era presidente da República. Há cinco meses o Congresso Nacional enfrenta uma infundável onda de escândalos. Ela envolve parlamentares e altos funcionários com mordomias, nepotismo e suspeitas de corrupção. Aos 79 anos de idade, 54 de política, Sarney, o mais longevo e experiente dos políticos brasileiros, é apontado como mentor e beneficiário da máquina clandestina que operava a burocracia do Senado. Inerte diante das denúncias, o senador tentou defender-se no plenário, com argumentos tão frágeis quanto os azulejos portugueses de São Luís. Do Cazaquistão, onde se encontrava em visita oficial, Lula atirou-lhe a boia.

“O senador tem história no Brasil suficiente para que não seja tratado como se fosse uma pessoa comum”, disse o presidente. E continuou: “Não sei a quem interessa enfraquecer o Poder Legislativo no Brasil. Quando o Congresso foi desmoralizado e fechado, foi muito pior para a democracia”. Não satisfeito, acrescentou: “Eu sempre fico preocupado quando começa no Brasil esse processo de denúncias, porque ele não tem fim e depois não acontece nada”. Ao afirmar que Sarney merece um tratamento diferenciado, o presidente atropelou o preceito constitucional expresso no artigo 5º, que estabelece a igualdade de todos perante a lei. “Lula foi absolutamente infeliz. Reforçou a ideia de que um é melhor do que o outro. Restabeleceu a lógica do ‘você sabe com quem está falando?’. Bateu de frente na Constituição e no princípio basilar da democracia”, resume o historiador Marco Antonio Villa.

Dono de uma biografia comovente e de uma popularidade acachapante, Lula não parece preocupado com arranhões em sua imagem pessoal. Parece fiar-se nas cicatrizações promovidas pelo tempo. Espontâneo como nos tempos de sindicalista barbudo, ele não é, ainda, afeito a liturgias do cargo que ocupa. Nada disso representa um grande problema. A questão é que, no exercício da Presidência da República, Lula personifica muito mais do que o operário que chegou ao poder. Ele é ao mesmo tempo o mestre e o servo dos brasileiros ao se investir dos poderes de uma instituição, a Presidência da República. Entre seus inúmeros e vitais papéis está o de zelar pela Constituição. Ao declarar que Sarney é um personagem que paira sobre tudo e todos, o presidente da República foi bem além de cometer uma gafe pessoal. Ele feriu a Carta que jurou defender. E isso nem um presidente popular, simpático e bem-sucedido como Lula pode fazer impunemente.





Há uma mensagem perturbadora na recorrente retórica presidencial em defesa dos aliados envolvidos em escândalos: a minimização da corrupção, o estímulo à transgressão das regras e o aval à impunidade. A lista dos socorridos por Lula saiu direto dos escaninhos da polícia (*veja o quadro*). Há nela gente como o deputado Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força Sindical, acusado pela PF de faturar propina. Ele recebeu uns belos cafunés de Lula, em agosto de 2008, num discurso a sindicalistas: “O que aconteceu com Paulinho já aconteceu com outros. Nessas horas, é momento de andar de cabeça erguida”. *A defesa do presidente deve ter tocado o coração dos deputados do Conselho de Ética da Câmara. Logo depois, eles inocentaram Paulinho. Outro notável da política brasileira que mereceu um paparico de Lula foi Renan Calheiros, do PMDB, quando vieram a público os rolos do senador alagoano com amantes, bois, lobistas e malas cheias de dinheiro – essas coisas de Brasília. No ápice do escândalo, há dois anos, o presidente entrou em cena para confundir a plateia: “Isso é um assunto que o Senado poderia ter resolvido em uma semana. Não sei por que não resolveram. É o típico caso de gente que acha que quanto pior, melhor. Estou vendo pela imprensa que o Renan apresenta documentos em sua defesa e não aceitam”. Acabaram aceitando. Meses depois, os senadores inocentaram Renan.*

É necessário cautela ao estabelecer uma relação automática de causa e efeito entre as declarações conciliadoras de Lula e a posterior pizza servida aos encalacrados. Seria um disparate afirmar que Renan foi absolvido diretamente em razão do que disse o presidente. Mas é ingenuidade acreditar que um fato esteja completamente dissociado do outro. Resta incontornável a percepção de que, todas as vezes em que o presidente se pronuncia a favor de um político enrolado (o que é frequente demais), o político enrolado safa-se (o que é tão frequente quanto).

As declarações de Lula fortaleceram Sarney, que havia iniciado a semana passada na berlinda. Ele chegou a discutir a possibilidade de se afastar da presidência do Senado, como um último ato para resgatar sua biografia. Desde que deixou a Presidência da República, em 1990, Sarney elegeu-se senador e se transformou na principal liderança política do Congresso. Preside o Senado pela terceira vez e, nos intervalos entre um mandato e outro, ajudou a eleger apadrinhados, como Jader Barbalho (que renunciou por corrupção) e Renan Calheiros. É dele também a montagem da burocracia alvo dos últimos escândalos. Durante catorze anos, o ex-datilógrafo Agaciel Maia comandou a máquina que administra o Senado. Nomeado por Sarney e mantido no cargo por todos os presidentes que lhe sucederam, Agaciel foi afastado no início do ano quando se descobriu que ele era dono de uma mansão, não declarada ao Fisco, avaliada em 5 milhões de reais. Recentemente, soube-se também que Agaciel era responsável pela montagem de uma estrutura administrativa clandestina usada para contratar parentes, amigos e correligionários de senadores sem percorrer os caminhos normais da burocracia. Não se conhece a totalidade da lista dos beneficiados, mas já foram encontrados oito parentes do senador José Sarney entre os “secretas” parlamentares. A maior parte deles jamais pisou no Congresso. No último dia 10, em meio ao escândalo, Agaciel Maia casou a filha. Sarney foi padrinho.

Na véspera da declaração de apoio de Lula, o senador “incomum” subiu à tribuna. Em um discurso de pouco mais de meia hora, disse que a crise não é dele, mas de todo o Senado, e que não aceita ser julgado por questões menores, o que é uma “falta de respeito para quem tem mais de cinquenta anos de vida pública”. VEJA ouviu uma centena de pessoas “comuns” em várias partes do país, para saber como receberam a defesa do tratamento diferenciado aos políticos proposto pelo presidente. As opiniões estão reproduzidas ao longo das páginas desta reportagem. Em 1890, Benjamin Constant, ardoroso republicano brasileiro, saiu de uma audiência com o marechal Deodoro da Fonseca, o primeiro presidente do Brasil, indignado com o tratamento que lhe fora dispensado. “Não era esta a República com que eu sonhava”, disse Constant. Mais de um século depois, é como se sua frase continuasse a ressoar entre os milhões de cidadãos que vivem sob o império da lei, sem privilégios e pagando a conta dos “incomuns” de Brasília.